



NOVO GOVERNO

Lula garante: PT não terá todos os espaços

Presidente eleito afirma, diante de uma plateia de integrantes da legenda e de movimentos sociais, em Portugal, que o novo governo será composto "por mais gente da sociedade, com mais gente de outros partidos e com mais gente que não tem partido"

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — Às vésperas de anunciar os integrantes de seu ministério, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva mandou um recado, ontem, ao PT, durante encontro com movimentos sociais que atuam em Portugal. Segundo ele, o seu terceiro governo não será só do partido pelo qual se elegeu; será composto "por mais gente da sociedade, com mais gente de outros partidos e com mais gente que não tem partido". Com esse discurso, ele tenta conter a pretensão de petistas, que vêm se digladiando nos bastidores por cargos e causando constrangimentos na equipe de transição.

"Aprendemos a ganhar, e temos de saber que esse governo não pode ser só do Partido dos Trabalhadores", avisou.

Lula — que teve encontros com o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, e com o primeiro-ministro português, António Costa — aproveitou o discurso aos militantes no Instituto Universitário de Lisboa para reforçar o seu compromisso com a responsabilidade fiscal, numa clara sinalização de que quer paz com o mercado financeiro, que teme pelo desequilíbrio das contas públicas por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira as despesas do Bolsa Família do teto de gastos. O compromisso com o ajuste fiscal foi feito com o ex-ministro da Educação Fernando Haddad — cotado para ser ministro da Fazenda — no palco.

"Sabemos que a gente não pode gastar mais do que a gente ganha. Mas podemos gastar com

Vicente Nunes/D.A. Press



Lula mandou novos recados àqueles que duvidam que não haverá responsabilidade fiscal no futuro governo

habilidade para fazer o país crescer, melhorar do ponto de vista logístico", frisou.

O presidente eleito ressaltou que, seguindo o pensamento da responsabilidade fiscal, priorizará os investimentos em educação. No entender dele, esses desembolsos "não são gastos, mas investimentos no futuro". Para Lula, é preciso investir na "formação de jovens, formar profissionais capacitados". E lembrou que, quando foi presidente, o país reativou a indústria naval, mas não havia soldados de cascos de navios.

"Tivemos que trazer trabalhadores brasileiros do Japão", contou.

Retorno

O petista assume, na próxima semana, coordenação-geral do governo de transição e disse esperar que, com a melhora da economia a partir do ano que vem, brasileiros que estejam em Portugal retornem ao país de origem certos de que terão melhores condições de vida. Hoje, a comunidade brasileira em Portugal é a maior entre os estrangeiros: são mais de 252 mil registrados oficialmente, mas, com os em situação irregular, o total passa de 400 mil.

"Fico com uma certa tristeza

quando vejo brasileiros que tiveram de sair do Brasil porque não tinham perspectivas de emprego e de educação. Mas, no nosso governo, essas pessoas poderão retornar. Espero que logo o Brasil esteja pronto para recebê-los", observou.

Também destacou esperar que o Brasil possa ser pacificado logo, de maneira que as pessoas voltem a falar sobre política sem brigas em família e entre amigos. "A política deve ter uma discussão sadia, sem ódio, não brigas entre mãe, pai e filhos. Não é isso que queremos", enfatizou.

Avanços, mas com inclusão

Principal nome hoje na lista de apostas para assumir o comando do Ministério da Fazenda no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro da Educação Fernando Haddad disse estar certo de que será possível "recolocar o Brasil no trilho do desenvolvimento com inclusão social". O petista, visto como um moderado dentro do PT, acompanhou todos os encontros do presidente eleito no Egito, durante a COP27, e em Portugal.

Em discurso a integrantes de movimentos sociais, no auditório do Instituto Universitário de Lisboa, Haddad afirmou que há uma grande expectativa no mundo quanto ao protagonismo do Brasil em temas importantes como justiça social, meio ambiente e democracia. Ele destacou que o próximo governo terá de reconstruir as bases de pontos importantes que foram abandonados pelo atual governo, mas a confiança é de que o país conseguirá se restabelecer enquanto nação de oportunidades para todos.

"O trabalho de reconstrução do Brasil não será por meio de uma mera alternância de poder. O que temos pela frente é a reconstrução da institucionalidade, dos programas sociais, daquilo que a Constituição de 1988 previa", destacou. Para Haddad, não será um processo fácil, sobretudo diante do quadro que está sendo encontrado pelas equipes que trabalham na transição.

Na avaliação dele, um dos caminhos para essa reconstrução do país passa pela educação, com a

retomada e o incremento de programas de sucesso que permitiram que os mais pobres chegassem às universidades. "Vimos que isso é possível, que filhos das classes trabalhadoras podiam aspirar uma vaga nas salas de aulas e não apenas desejar uma oportunidade de emprego na limpeza ou na segurança das universidades", frisou.

Bolsonaristas

A passagem de Lula por Portugal não passou incólume pelos bolsonaristas, que tentaram se infiltrar na lista de convidados para o evento do presidente eleito, no auditório do Instituto Universitário de Lisboa. A plateia foi previamente selecionada e passou por averiguação.

Uma das formas que os bolsonaristas tentaram o acesso ao evento foi pedindo filiação ao PT por meio do diretório do partido em Lisboa. "De repente, houve um grande número de pedidos de filiação. Estranhamos muito", disse Marcos Pinheiro, integrante da legenda.

Se não deu certo a manobra para fazer parte da plateia que ouviu o petista, restou aos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) protestar na porta do Palácio de Belém — onde Lula esteve com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa — e nas proximidades do Palacete de São Bento — residência oficial do primeiro-ministro António Costa. Os manifestantes contrários à Lula, segundo integrantes do PT, são cooptados pelo Chega, o partido de extrema direita de Portugal, dono da terceira bancada da Assembleia da República. Os brasileiros que vivem em território luso estão entre os principais eleitores da legenda. (VN)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Nada será como antes no 3º mandato de Lula

Talvez a grande dificuldade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) operar a transição e a montagem do seu novo governo decorra do fato de que existe uma lógica subliminar nas suas atitudes que não tem viabilidade política: retomar o fio da história de onde sua passagem pela Presidência foi interrompida. Essa foi a linha básica de sua campanha eleitoral, na qual explorou as realizações de seus dois exitosos mandatos como principal ativo eleitoral, ao mesmo tempo em que manteve distância regulamentar da questão ética e do fracasso político, econômico e administrativo de Dilma Rousseff, mascarado pelo discurso de que fora vítima de golpismo.

A ruptura entre os dois primeiros mandatos e o terceiro é uma necessidade histórica, porque existe um hiato de 12 anos entre ambos, no qual o mundo

mudou e a realidade política e social do país também. E ainda há o enorme desgaste causado pelos escândalos do mensalão e da Petrobras, embora esse tema seja como falar de corda em casa de enforcado nessa transição. Sua Fortuna, para usar o conceito clássico de Nicolau Maquiavel, não é a mesma de 2002.

Podemos elencar ao menos cinco grandes contingências para emoldurar as novas circunstâncias: 1) o cenário mundial alterou-se completamente, com o acirramento da disputa entre os Estados Unidos e a China, a guerra da Ucrânia, a pandemia da covid-19 e a retração da economia global; 2) se esgotaram os efeitos do chamado bônus demográfico, ou seja, da redução de número de crianças e de idosos dependentes da renda da população adulta, que possibilitou rápida expansão do mercado; 3)

PT E DEMAIS PARTIDOS DE ESQUERDA PARECEM PRETENDER "APARELHAR" TODOS OS MINISTÉRIOS, O QUE FARIA DOS ALIADOS DE CENTRO FIGURAS DECORATIVAS

a crise de financiamento da saúde, da educação e da segurança pública, entre outras políticas universalistas, se agravou em decorrência da baixa atividade econômica e do desmonte das políticas sociais por Bolsonaro; 4) um Congresso mais conservador, mais patrimonialista e mais fisiológico, que hoje controla e pulveriza os investimentos federais previstos no Orçamento da União; e 5) uma oposição radical e forte, que mantém o presidente Jair Bolsonaro como uma alternativa de poder em 2026.

Essas contingências já são suficientes para que o novo governo Lula seja muito diferente do anterior. O projeto Lula 2022, no primeiro turno, era de um governo de esquerda, amparado por uma frente popular, mesmo

que esta se autodenomine "frente ampla". Esse projeto não vingou, não obteve a maioria dos votos na eleição. Isso ocorreu porque há uma contradição na construção da hegemonia de Lula: o PT manteve-se como a principal força no campo da oposição, mas perdeu a liderança moral da sociedade, que permanece em disputa por parte de Bolsonaro. Perdeu por causa da Lava-Jato, que é um assunto jurídico transitado em julgado, mas continua sendo a representação da questão ética da cidadania.

Governo de coalizão

Como uma porcelana quebrada, que precisa ser restaurada com liga de ouro para continuar sendo um objeto de valor,

o PT precisa fazer seu aggiornamento. Nunca assumiu a responsabilidade coletiva pelos escândalos que foram protagonizados por seus quadros principais. Lula sempre se declarou inocente e jamais exigiu uma mea culpa de seu partido. A bandeira da ética manteve-se nas mãos de Bolsonaro e seus aliados, sendo esgrimida como aríete contra os resultados da eleição e futuro governo. Essa força de oposição não pode ser subestimada. Lula e os partidos de esquerda não têm como derrotá-la, a não ser ampliando as alianças ao centro, como ficou demonstrado no segundo turno.

O problema é traduzir a ampliação dessas alianças, com a plena incorporação do centro ao novo governo, um xadrez político que mal começou. Nela, o vice-presidente Geraldo Alckmin tem mais experiência do que os dirigentes petistas que formam o estado-maior de Lula: a presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, o ex-senador Aloizio Mercadante, o ex-prefeito de Araraquara, Edinho Silva, o senador eleito Wellington

Dias e o deputado José Guimarães. Na verdade, a política petista tem como espelhos na América Latina o peronismo, por causa da tradição sindical, e a Frente Ampla do Uruguai, um bloco de centro esquerda construído na resistência à ditadura. Não é por aí. Talvez a melhor experiência de alianças e de governo que podem servir de paradigma para o governo Lula seja a "Concertacion".

A chave é compartilhar o poder com os aliados, sem o hegemônico que está impregnado no PT e transpira por todos os poros da equipe de transição. O PT e demais partidos de esquerda passam a impressão de que pretendem "aparelhar" todos os ministérios, o que faria dos aliados de centro figuras decorativas na Esplanada. Um governo de ampla coalizão democrática exige mais do que isso, em termos de compartilhamento de poder, além de um programa tático, mirando os próximos dois anos, o que significa uma política econômica menos ao gosto da esquerda e mais palatável para os liberais.